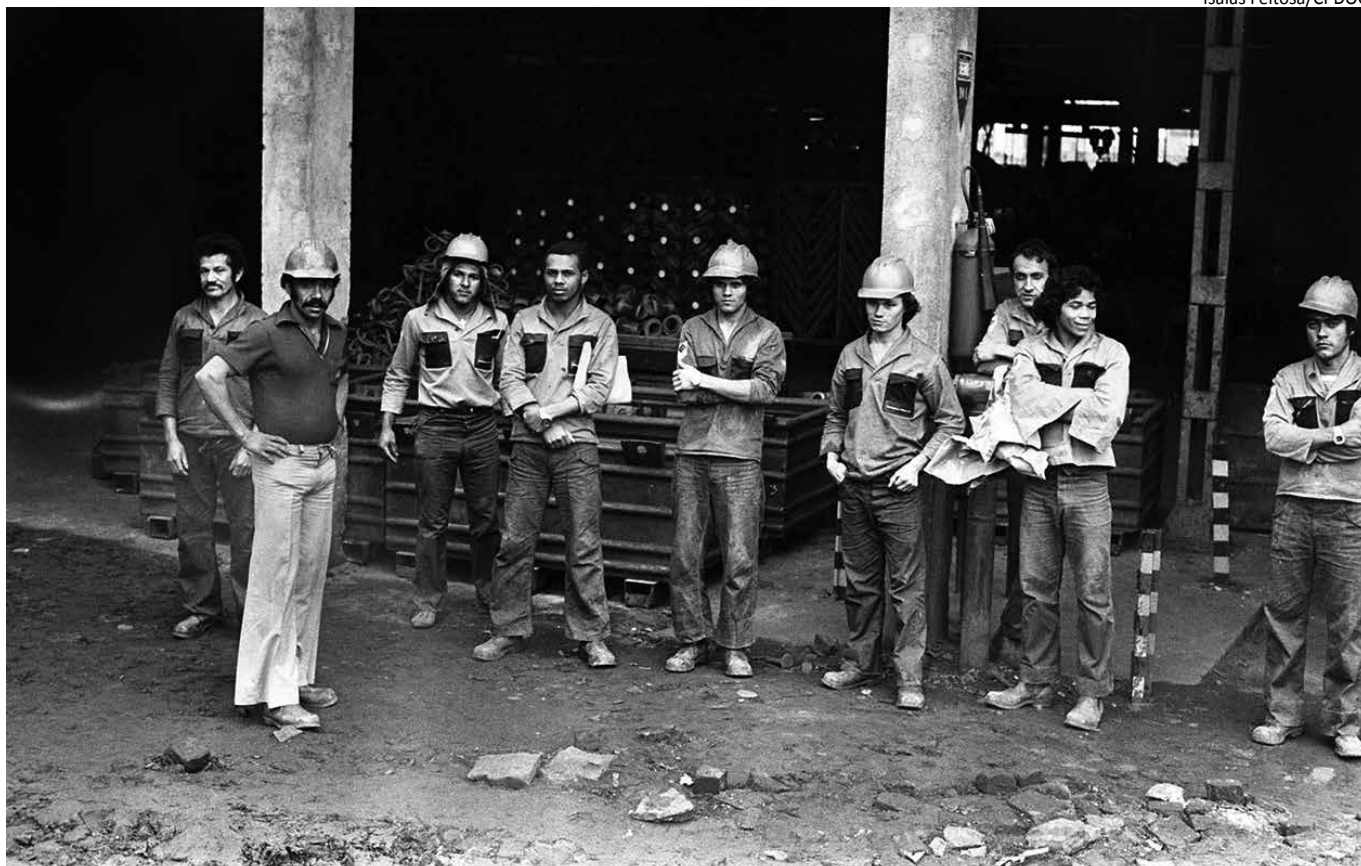


CLASSE TRABALHADORA, GREVES E REPRESSÃO SOB A DITADURA MILITAR (1964-1985)

Fernando Sarti Ferreira¹

Em 1979 é difícil encontrar um ramo da economia que não tenha sido chacoalhado pelas greves. Operários, médicos, servidores públicos, professores, jornalistas, vigilantes, boias-frias, lavradores, bancários, trabalhadores da TV Tupi, trabalhadores do Jockey Clube, coveiros, garis, são algumas das categorias que recorreram à greve como forma de protesto social. Setores da classe média e também o amplo e heterogêneo universo de trabalhadores manuais se alinharam à ação sindical dos trabalhadores industriais. A rebelião liderada por sindicatos operários rompeu o controle da ditadura sobre a sociedade civil



Operários em greve na metalúrgica Villares, de São Bernardo do Campos, em 1978

Nos estertores da história do famigerado Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), um dos mais famosos torturadores do DOI-CODI, o então delegado assistente da Superintendência Regional de São Paulo da Polícia Federal, Aparecido Laerte Calandra², solicitou a Cauby Mendes de Moraes, encarregado do Setor de Informações do Deops, um levantamento relativo a todas as greves registradas nos arquivos da polícia política entre 1964 e 1983. É difícil imaginar o que se passava na cabeça de Calandra. As greves, eventos cruciais para o processo de transição democrática, viviam um momento de refluxo no ano de 1983, por mais que a década de 1980 ainda fosse marcada pela recorrência desse tipo de protesto social. O pedido foi feito em junho de 1983, três meses depois de o departamento ter sido extinto pelo governador biônico José Maria Marin (1982-1983).

No tocante ao número de greves realizadas, a “lista de Calandra” apresenta as seguintes cifras:

Ano	Greves	Ano	Greves	Ano	Greves
1964	1	1971	7	1978	94
1965	0	1972	0	1979	401
1966	10	1973	3	1980	190
1967	9	1974	11	1981	61
1968	14	1975	1	1982	130
1969	1	1976	6	1983	4
1970	6	1977	9	Total	958

Fonte: elaboração própria a partir de Deops-SP-43-Z-000-4996

A maior parte das greves registradas ocorreu no Estado de São Paulo, com destaque para seus subúrbios industriais do ABCD e Osasco. À primeira vista, é possível observar uma certa dinâmica das greves, relacionando-as

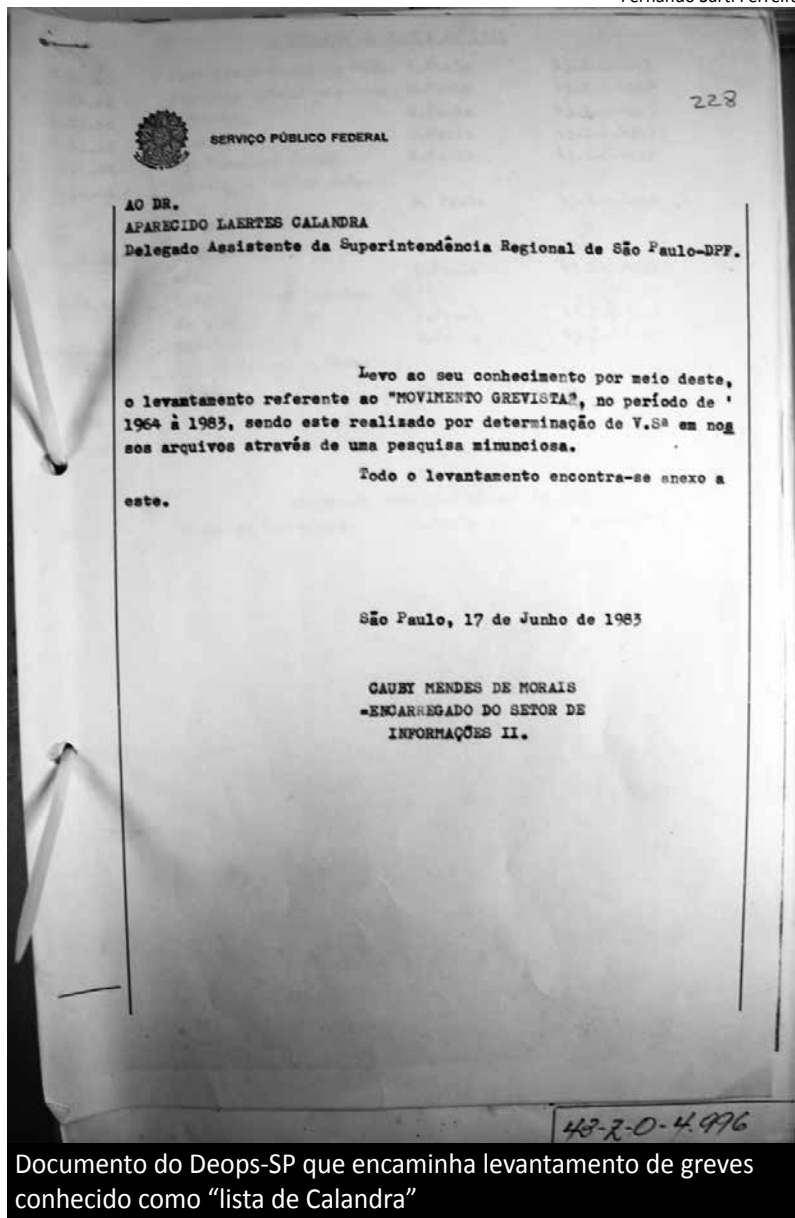
aos processos políticos e econômicos mais gerais do período. Há poucas mobilizações após o golpe e a intervenção nos sindicatos entre 1964 e 1965. Em seguida, ocorreu um período de crescimento até 1968, ano das greves em Osasco e Contagem. O refluxo nas mobilizações obedeceu ao fechamento do regime após o Ato Institucional nº 5 e seguiu durante a presidência do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A política “milagreira” de Antônio Delfim Netto, a que muitas vezes se atribuiu à responsabilidade por uma espécie de esteio e consentimento dos brasileiros com a ditadura, não tem como ser dissociada da maturação e pleno funcionamento dos aparelhos de terrorismo de Estado. Cabe lembrar o papel de Delfim Netto, não só como “milagreiro” da economia, mas também como uma espécie de gazofilácio da Operação Bandeirantes. Ao fim, os números são elucidativos sobre a dimensão da explosão do protesto social a partir de 1978, sendo seu auge o ano de 1979.

O levantamento, contudo, deve ser matizado. Ou seja: alguns desses números não correspondem exatamente à ocorrência de uma greve, mas à simples menção desta palavra em documentos do arquivo policial. Nos debruçamos sobre algumas ocorrências registradas no sombrio ano de 1971. Na lista Calandra foi registrada em 18/7/1971 uma “Greve de Operários de Osasco”, nos remetendo ao documento depositado no Arquivo Geral sob o código alfanumérico 50-Z-009-36.292. Este documento trata do interrogatório ao qual foi submetido um militante do Partido Operário Comunista (POC), na data assinalada, quando o preso mencionou a greve de Osasco de 1968. Outro registro do ano de 1971, por sua vez, traz outro tipo de situação que, se não faz referência direta a uma greve, pode indicar outro tipo de agitação trabalhista ocorrida durante o ápice da repressão. O relatório sobre o plantão no Deops durante a madrugada do dia 26/3/1971 (50-Z-129-8.709) nos informa que, naquela noite, uma equipe de agentes se deslocou até uma fábrica na Vila Leopoldina para averiguar a ocorrência de uma paralisação. Sem encontrar ninguém nas imediações da fábrica, os policiais apenas relataram que as vidraças do estabelecimento estavam quebradas. Seria este um caso desesperado de protesto social? Como analisou Edgard Carone sobre a ação dos trabalhadores sob outra ditadura: “Não existe passividade e a reação, neste momento da ditadura, se dá na medida das oportunidades”³.

Registrada com algum detalhamento pelo Deops, série de “greves tartaruga” realizadas nas montadoras de automóveis do ABC de agosto a setembro de 1974 revela a retomada das ações coletivas da classe trabalhadora industrial

Por sua vez, conforme avançamos pela década de 1970, a lista torna-se um profícuo guia, ao mesmo tempo em que as oportunidades para a ação coletiva dos trabalhadores parecem crescer. Em 1974, por exemplo, a lista registra a “Greve Tartaruga – A.B.C.”, cujo documento referenciado (50-Z-341-1096) faz um importante registro da ação dos trabalhadores ainda sob o jugo do Terrorismo de Estado. Em 12/9/1974, o delegado assistente da Seccional ABC, Firmiano Pacheco Netto, enviou para o delegado-chefe do Serviço de Informações, Romeu Tuma, um detalhado relatório intitulado “A ocorrência de greves tartaruga na região ABC, além de outras manifestações de menor significação, se vistas isoladamente” (50-Z-341-1.112). Das vidraças da Vila Leopoldina em 1971 para o ABC em 1974, o relatório destaca uma diferença fundamental: não se trata mais de ocorrências de menor importância, pois foram o resultado da ação coletiva.

Segundo o relatório, havia desde agosto sinais de irritação por parte dos trabalhadores da Volkswagen, da General Motors, da Ford e da Mercedes Benz em relação aos salários. Como tentativa de conter a insatisfação, as direções destas indústrias resolveram antecipar o dissídio coletivo e conceder um aumento de 10% nos salários a partir de outubro daquele ano. A ação foi rechaçada pelos trabalhadores. Na General Motors, os comunicados internos referentes à antecipação dos salários “[...] foram rasgados e alguns apareceram com palavras obscenas à margem, tais como: ‘BELA MERDA’” (destacado assim no original). Na Volkswagen, naquele mesmo dia, quinze trabalhadores da funilaria e pintura reuniram-se com a chefia do seu departamento exigindo aumento de salários. Em consequência, ocorreram dois picos de paralisações parciais do trabalho nas montadoras.



montagem final de veículos, ao retornarem do jantar, paralisaram suas atividades por 15 minutos. Ao mesmo tempo, cinco operários invadiram a sala da chefia “[...] apresentando reivindicações dos elementos da linha, enquanto estes em coro e em altos brados diziam: ‘QUEREMOS AUMENTO’” (destacado assim no original). Segundo o delegado, a ação teria ocorrido depois da distribuição de boletins nos banheiros da fábrica criticando a antecipação. Na Ford, no mesmo dia, diversas seções paralisaram de 20 a 40 minutos, sendo que, na ferramentaria de manutenção, sessenta operários demoraram uma hora e quarenta minutos para voltar do jantar.

Os boletins distribuídos no banheiro da Volkswagen não foram encontrados pela segurança da empresa, mas nos banheiros da Mercedes Benz foram apreendidos “3 ou 4 panfletos, manuscritos, à tinta, com os dizeres: ‘EU ESTOU PASSANDO FOME, MAS PRECISO DE AUMENTO NÃO DE ESMOLA. VOCÊ ESTÁ CONTENTE COM OS 10% OU SERÁ PRECISO FAZER GREVE?’”.

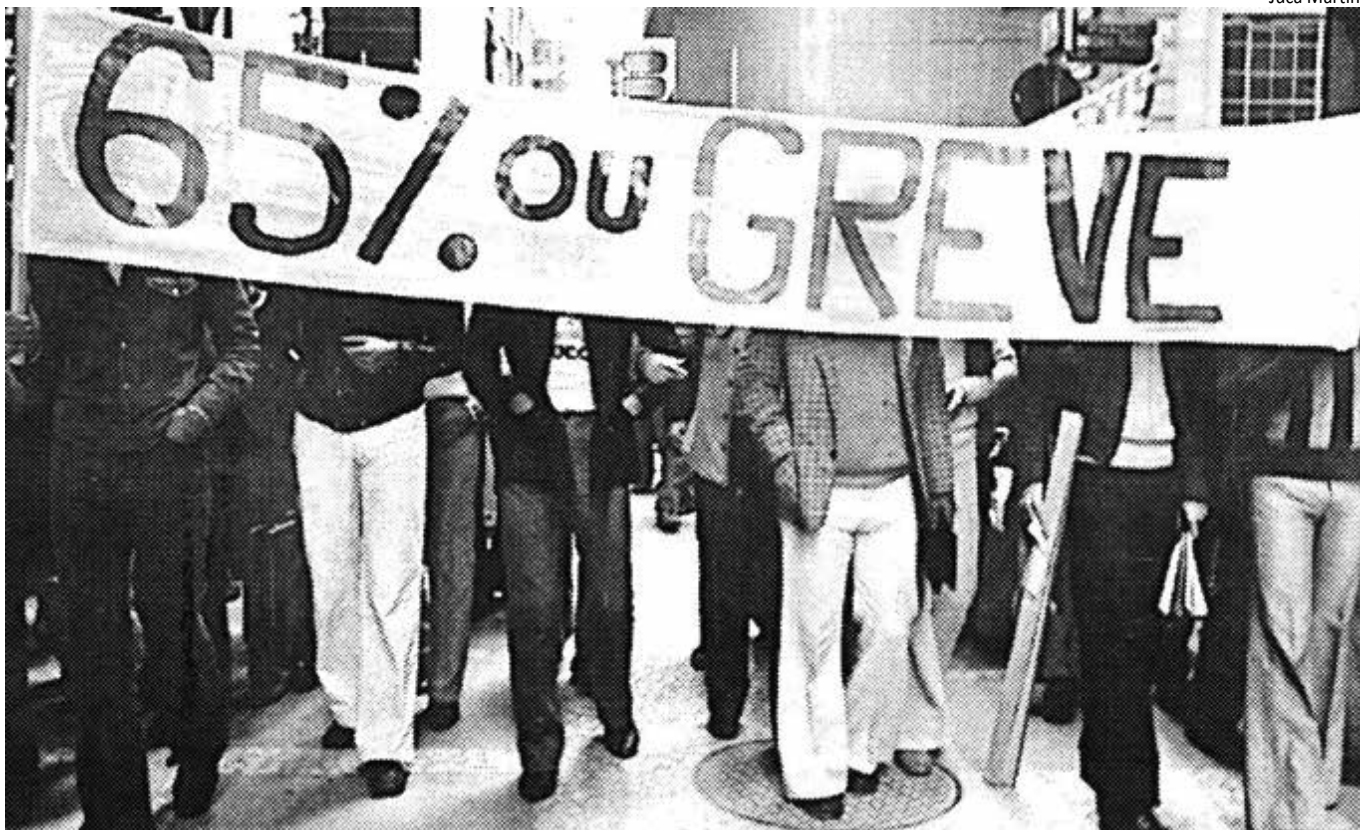
Ao fim de setembro, segundo os relatórios do Deops, 2.240 operários teriam tomado parte nas “greves tartaruga” das montadoras de São Paulo.

No dia 26 de agosto, segunda-feira, registrou-se a primeira paralisação. Após o almoço, cerca de vinte operários da General Motors demoraram 40 minutos para retornar ao trabalho. Quatro dias depois, 450 operários da empresa, em diferentes turnos e seções, paralisaram suas atividades por 30 a 40 minutos. Na semana seguinte, as paralisações voltaram a ocorrer, agora na Volkswagen. Na manhã do dia 5 de setembro, no setor de ferramentaria, aproximadamente 300 operários cruzaram os braços por até uma hora e meia. Na Chrysler, ao fim daquela tarde, vinte operários da estamparia paralisaram suas atividades por 45 minutos.

O segundo pico teve início no dia 11. Na Volkswagen, por volta das 22h00, 440 operários da seção de

Em 1978, e mesmo em 1977, a lista de Calandra registrou greves que extrapolaram o operariado. Nesses anos foram registradas greves de estudantes, professores e médicos. Em 1979, por sua vez, é difícil encontrar qual categoria profissional ou ramo da economia que não foi chacoalhado pelas greves

Apesar de ser muito conhecido o papel dos trabalhadores industriais, e especialmente dos metalúrgicos, no ciclo



Greve dos bancários de São Paulo em 1978

de greves ocorrido no fim dos anos 1970, outro aspecto que nos chama a atenção na listagem de greves elaborada pelo Deops é que em 1978, e até mesmo em 1977, a lista Calandra registrou algumas greves que extrapolaram o operariado. Nesses anos foram registradas greves de estudantes, professores e médicos. Em 1979, por sua vez, é difícil encontrar qual categoria profissional ou ramo da economia que não foi chacoalhado pelas greves. Operários, médicos, servidores públicos, professores universitários e da educação básica, estudantes, jornalistas, vigilantes particulares e de bancos, boias-frias, trabalhadores de usinas de cana-de-açúcar, lavradores, bancários, trabalhadores da TV Tupi, autônomos, empresas de cinema, trabalhadores em pedreiras, carroceiros, trabalhadores do Jockey Clube, coveiros, feirantes, enfermeiros, garis, até mesmo estudantes do Mackenzie, são algumas das categorias que recorreram à greve como forma de protesto social, sem contar a articulação e desdobramento desses movimentos nos bairros com a criação dos movimentos contra a carestia e outras demandas populares. Depreende-se dessa profusão de mobilizações que não só setores da classe média se alinharam com a ação sindical dos trabalhadores industriais, como também todo amplo e

heterogêneo universo de trabalhadores manuais. Rompeu-se o controle da ditadura sobre a sociedade civil brasileira com uma rebelião liderada pelos sindicatos operários.

A partir de 1980, as greves começam paulatinamente a se restringir novamente aos círculos operários. É verdade que ainda há greves de médicos, estudantes e professores, mas voltam a predominar na lista empresas, endereços e categorias industriais. Entre 1978 e 1982, há também importantes variações em relação à localidade das greves, sendo ao longo dos anos cada vez mais presentes mobilizações no interior do Estado. É possível que a Lei de Anistia e o fim do bipartidarismo, ao abrirem novos flancos de expressão para a contestação política à ditadura, tenham circunscrito novamente aos circuitos operários a ação sindical?

Professores e bancários abraçaram este instrumento, estando até hoje entre as categorias que recorrem a essa modalidade de protesto. Também foram categorias que se notabilizaram pelo violento ataque que suas condições de trabalho sofreram no fim do século XX, seja pela precarização (professores), seja pela automação (bancários)⁴. Ou seja: são categorias cujo processo de proletarização já

se insinuava naquele momento, deixando claro que sua comunidade de destino estava mais próxima à do operário fabril do que a dos grupos dominantes.

O projeto “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo CAAF da Unifesp, apoiado pelo IIEP e financiado pelo Ministério Público Federal, é iniciativa fundamental na reconstrução de uma perspectiva popular sobre o período ditatorial

A “lista de Calandra” foi obtida no contexto da realização do projeto “A responsabilidade de empresas por

violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e financiado pelo Ministério Público Federal com recursos provenientes do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) da Volkswagen do Brasil (para acessar o informe público: <https://bit.ly/ichf-informe>).

O Intercâmbio Informações Estudos Pesquisas-IIEP, uma das mais importantes instituições dedicadas à preservação da memória operária de São Paulo, foi um dos parceiros desta investigação, dando seguimento ao trabalho realizado há anos por memória, verdade, justiça e reparação para as trabalhadoras e trabalhadores brasileiros perseguidos pela ditadura. As iniciativas do CAAF e do IIEP são fundamentais para a reconstrução de uma perspectiva popular sobre o período e, quem sabe, uma forma de enraizar socialmente a condenação ao regime, uma vez que estas pesquisas revelam como dois dos principais projetos da ditadura, a superexploração do trabalho e a gestão militarizada da pobreza, são ainda uma realidade no país.

Notas

1. Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Pesquisador colaborador na equipe do Projeto de Pesquisa “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, coordenado pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp).
2. Calandra foi um dos poucos torturadores a ser reconhecido e condenado pela justiça brasileira. Ver “Justiça condena três delegados a pagarem R\$ 1 milhão de reais por torturas e mortes na ditadura”, Ponte Jornalismo, 21/1/2023.
3. Carone, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*, Rio de Janeiro e São Paulo: Difel, 1976, p. 124.
4. Aos professores, parece ter sido reservado o inferno no século XXI: precarização, somada à automação e ao controle ideológico.